

SISTEMA POLÍTICO

- **Introdução – diagnóstico**

Vivem-se tempos particularmente complexos e de grande mutação e incerteza em relação ao espaço e às condições em que se desenvolve a ação política.

Um relatório sobre a reforma do Estado não se pode confundir com um relatório técnico sobre a reforma da Administração Pública, da mesma forma que não se pode confundir com um manifesto para a reforma do Sistema Político. Mas não se pode lançar um olhar sério e integrado sobre a reforma do Estado sem abordar uma e outra.

No que diz respeito ao Sistema Político, tema que nos ocupa nesta secção, é notória a sua intersecção com o Estado, simultaneamente protagonista e espaço das relações de poder. Quem governa e como governa são questões intemporais, às quais as democracias contemporâneas têm de responder de forma contínua e renovada, e que englobam matérias como a representatividade dos que exercem ação política, os limites dessa ação e a performance, ou seja os resultados alcançados através dessa ação.

Essas são questões desde sempre complexas, mas que enfrentam hoje desafios crescentes na medida em que numa sociedade globalizada, interdependente e mediatizada o alargamento do espaço em que se desenvolve a ação política e a profusão de interesses e de atores, obriga o Sistema Político a lidar com ou a ser enquadrado numa nova realidade. Nesse contexto é apontado amiúde que vivemos uma crise da representação, tema a que importa responder tendo em consideração diversas dimensões.

- A relação entre eleitos e eleitores;
- Os novos atores e as novas formas de intervenção na sociedade que desafiam atores como o Estado, os partidos e os sindicatos;
- A interdependência internacional e a União Europeia como espaço de tomada de decisão com influência crescente na vida dos cidadãos;
- O tempo da ação e da comunicação política e o tempo da informação e da comunicação dos meios digitais;

Acresce que no atual momento político europeu (e não só) assistimos a diversos acontecimentos que nos recomendam especial atenção, como sejam o crescimento eleitoral de novos populismos, com a afirmação eleitoral de partidos antissistema quer à direita, quer à esquerda do espectro partidário, e com a crise evidente em muitos partidos tradicionais, alguns dos quais baluartes de um certo consenso social-democrata do último século.

Em grande medida, esses desenvolvimentos estão relacionados com um desencanto com os partidos tradicionais, a que não são alheios o que de uma forma difusa podemos chamar “casos de corrupção”. Assim, importa também tentar sem subterfúgios respostas para a questão da

política e da corrupção mas sem os populismos ou as demagogias que em regra contaminam esse debate. Por conseguinte, ao mesmo tempo que se tem de analisar questões como a do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, importa (re)valorizar o papel da política e dos políticos na nossa sociedade.

Mas num contexto de polarização política, em que por um lado muitos cidadãos manifestam o seu desinteresse ou antipatia em relação à política e ao sistema político, e por outro lado, dentro do próprio sistema político, designadamente no sistema partidário, cresce a polarização e o extremar de posições, são as próprias condições políticas para a realização desta e de outras reformas que estão em causa. É pois necessário (re)criar condições para que a moderação consequente e reformista seja valorizada e ganhe espaço de intervenção, sobretudo para o estabelecimento de pontes e de acordos. Mais do que o binário esquerda/direita, o maior antagonismo poderá situar-se entre os que intervêm no espaço político de forma moderada, considerando o que é possível e a responsabilidade da governação, e vários discursos populistas que não consideram os limites reais e a responsabilidade de quem exerce ou poder exercer atividade governativa. Por conseguinte, é crucial criar condições e incentivos para políticas moderadas, de base de apoio alargada e reformistas.

- **Diagnóstico – Opinião pública**

No contexto das sociedades democráticas modernas a confiança entre eleitores e eleitos é fundamental para a saúde do Sistema Político. Analisando Portugal, podemos olhar para alguns indicadores que nos ajudam a situar a forma como os cidadãos veem o Sistema Político. Para esta análise recorreu-se aos dados mais recentes do *Eurobarómetro* (EB 87. Primavera 2017), do *Inquérito Social Europeu* (2016) e do projecto *V-Dem – Varieties of Democracy* (2015). Esses dados permitem-nos não só obter informação da perceção que os cidadãos têm do Sistema Político em Portugal, mas também enquadrar essa informação num contexto comparativo com as outras democracias europeias.

Eis uma breve síntese, de alguns desses indicadores, dividida entre o que podemos chamar de “más notícias” e de “notícias não assim tão más” em termos comparativos.

“Más notícias”:

1- Segundo a mais recente vaga do Inquérito Social Europeu (2016), os portugueses são o povo da Europa do Sul com menos interesse na política. Não estamos, apesar de tudo, muito longe da média europeia (2,1 contra 2,3 numa escala de 0 a 4).

2- Segundo o índice Variedades da Democracia, que mede a qualidade da democracia em diversos países, o grau de rigor e imparcialidade da administração pública portuguesa é alto, apesar de ter descido consideravelmente nos últimos anos. Em 2015, só a Grécia evidenciava valores mais baixos do que Portugal, em toda a Europa do Sul.

3- O índice de participação política, incluído no projeto Variedades da Democracia, demonstra que Portugal é o segundo país da Europa do Sul onde a participação política é menor.

Apenas a Grécia apresenta valores consistentemente mais baixos. A literatura científica demonstra que nas democracias recentes, como a portuguesa, a espanhola e a grega, a ligação entre cidadãos e instituições é tendencialmente mais débil do que nas democracias consolidadas. Ultrapassado o entusiasmo inicial com o direito de voto, a participação política em Portugal tem diminuído significativamente nos últimos anos, atingindo valores muito preocupantes, mesmo em comparação com os seus congéneres da Europa do Sul.

“Notícias não assim tão más”:

1- De acordo com os dados do Eurobarómetro da Primavera de 2017, 69% dos portugueses declaram-se satisfeitos com funcionamento da democracia (69%). Os resultados portugueses estão, inclusivamente, acima da média europeia (56%). O nosso país tem obtido resultados altos neste indicador desde a adesão à União Europeia, em 1986. Com a crise económico-financeira de 2008-9, a satisfação dos portugueses com a democracia diminuiu acentuadamente, tendo-se verificado uma recuperação significativa desde o final de 2013.

2- Também segundo os últimos dados do Eurobarómetro, Portugal é o segundo país da Europa do Sul a apresentar o nível de confiança mais elevado no parlamento, sendo apenas suplantado por Malta. 46% dos portugueses diz confiar no parlamento, contra 53% dos malteses. Portugal está acima da média europeia neste indicador, que se situa nos 36%.

3- De acordo com os mesmos dados do Eurobarómetro, 56% dos portugueses tendem a confiar no governo. Assim sendo, Portugal é o segundo país da Europa do Sul (Malta 58%) a apresentar o nível mais alto de confiança no poder executivo, estando inclusivamente acima da média europeia, que se situa nos 38%.

4- De acordo com os dados mais recentes do Eurobarómetro, 24% dos portugueses dizem confiar nos partidos políticos, acima da média da UE é que de 20%. Portugal é também o segundo país da Europa do Sul a apresentar o nível mais alto neste indicador, sendo apenas suplantado por Malta (30%).

- **Conclusões**

É necessário reforçar a confiança dos cidadãos no Sistema Político e nas suas instituições. Apesar disso, os últimos estudos do Eurobarómetro têm revelado desde 2013 uma recuperação da confiança nas instituições políticas em Portugal, o que indicia uma relação com a conjuntura económica. Assim, parece claro que o reforço da confiança não se consegue de forma mágica com reformas

institucionais. Há fatores relacionados com a cultura política ou performance económica que estão para além de fatores institucionais.

Mas o facto de se tratar de um fenómeno complexo não nos deve inibir de procurar e de apresentar algumas propostas tendo em vista o reforço da confiança e da participação dos cidadãos no Sistema Político.

Assim, importa reformar o sistema eleitoral português no sentido de dar mais poder de escolha aos eleitores, tendo em consideração os limites constitucionais e o indispensável equilíbrio entre a melhoria da representação e a governabilidade do sistema.

Adaptar o processo eleitoral, facilitando o exercício de voto, às tecnologias disponíveis, mas sem colocar em risco o carácter responsável, pessoal e intransmissível desse exercício.

Facilitar o acesso e fundamentar a participação dos cidadãos na vida política e nos processos de decisão.

Adotar medidas que contribuam para a transparência e para a valorização da atividade política.

É fundamental que se (re)criem condições e incentivos para os estabelecimento de acordos reformistas de longo prazo.

- **Recomendações**

- Adoção da necessidade de o Programa do Governo ser aprovado pela Assembleia da República;
- Adoção de um sistema de voto preferencial, lista semifechada com voto em partido e candidato; círculos eleitorais mais pequenos;
- Adoção de sistema de voto eletrónico que permita votar em qualquer ponto/ mesa eleitoral do país, mas assegurando sempre a possibilidade de verificação física dos votos.
- Revisão da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas eleitorais;
- Agilização dos requisitos e do processo de Iniciativa Legislativa de Cidadãos; Aperfeiçoar novas formas de participação dos cidadãos, em particular nas autarquias locais, tendo por base o desenvolvimento de experiências como as dos orçamentos participativos e aproveitando o potencial das plataformas e redes digitais.

Uma iniciativa do grupo de trabalho do Sistema Político, com a coordenação de Nuno Sampaio.